

VISÕES DE MUNDO E SISTEMAS DE VALORES EM CULTURAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: PARA UM ESTUDO CONTRASTIVO EM SEMÂNTICA COGNITIVA E SEMIÓTICA DAS CULTURAS

Cidmar Teodoro Pais
Universidade de São Paulo

RESUMO: *Propomo-nos a apresentar, aqui alguns metamodelos que elaboramos e que permitem examinar certos aspectos do processo histórico das culturas, assim como alguns microssistemas de valores sustentados nos discursos manifestados em seu seio, no âmbito de uma abordagem segundo a semântica cognitiva, a sociossemiótica e a semiótica das culturas. Neste trabalho, buscamos comparar facetas das 'visões de mundo' e de microssistemas de valores das culturas na América Latina e no Caribe.*

Palavras--chave: Axiologia, Cultura, Semântica Cognitiva, Semiótica das Culturas.

0. Introdução

Em vários trabalhos anteriores, procuramos construir metamodelos que permitissem examinar certos aspectos do processo histórico das culturas, no âmbito de uma abordagem sociossemiótica e de semiótica das culturas, fundamentando-nos, ainda, em alguns modelos da semântica cognitiva (Rastier, 1991), no metassistema conceptual (Pottier, 1992) e levando em conta, igualmente, patamares do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação (Greimas, 1979: 157-162; Pottier, 1992; Pais, 1993, 1998). Buscamos utilizar uma formalização mais adequada, ou seja, não relacionada diretamente a conotações específicas de determinada cultura, de modo a fazer um estudo contrastivo da axiologia de diferentes culturas, dotada da necessária confiabilidade. Formulamos, pois, modelos semióticos, para estudar as tensões dialéticas, os percursos dialéticos de produção e os ciclos que se realizam através dos termos complexos de microssistemas de valores como aqueles da ordem, civilização, barbárie (autoridade x liberdade), sistema de dominação (elite x trabalhadores), sistema de produção (capital x trabalho), produtividade científica e tecnológica (ciência x competência), cidadania plena (direitos x deveres, elite x massa), dentre outros (Pais, 1993, 1996, 1998).

Embora variem e se manifestem em diversos graus, segundo as diferentes culturas e sociedades, observamos que as tensões, os percursos e os ciclos supracitados, estão sempre presentes em seus processos históricos. Constituem eles, por conseguinte, a nosso ver, critérios científicos válidos, para a elaboração de uma semiótica das culturas e de uma tipologia semiótica das culturas. Neste trabalho, tentamos comparar aspectos de 'visões de mundo' e de alguns microssistemas de valores de culturas da América Latina e do Caribe e, mais particularmente, de Cuba e do Brasil.

1. Processos de *inserção* e de *discriminação* sociais

As relações de tensão e de confronto podem ser mais bem explicadas, em nossa concepção, se nos reportarmos aos 'princípios' de ordenamento social, sempre discutidos na História do Ocidente e mesmo fora dela. Trata-se de duas proposições incompatíveis, já debatidas na Antigüidade clássica: de um lado, temos o princípio da igualdade formal, que sustenta o sistema de valores da democracia e do Estado de

Direito; de outro lado, temos o ‘princípio’ da superioridade ‘natural’, que justifica a organização social em função de um governo estabelecido e conservado pelos ‘*excelentes*’ (grego, *hoi aristoi*; latim, *optimi*), que define a aristocracia. Esta última concepção manifesta-se sob diferentes formas, como certo ‘darwinismo social’ e suas variações, por exemplo, o poder de acordo com o ‘mérito’ (a ‘meritocracia’), a ‘superioridade natural das leis de mercado’, etc., nos termos da fórmula bem conhecida da ‘evolução e seleção natural das espécies’. O ‘princípio’ aristocrático determina, em sua lógica interna, a marginalidade de homens e nações.

Em numerosas sociedades modernas, vive-se o conflito entre a concepção de Estado de Direito, no modo do *parecer*, e a organização social aristocrática no modo do *ser*.

2. A oposição *privilégio x restrição*

Propomo-nos a reexaminar, aqui, a oposição *privilégio x restrição*, já estudada em trabalhos anteriores, em busca de uma análise mais completa. O metatermo - enquanto termo de uma metalinguagem - *privilégio* define-se pelas modalidades complexas *querer-fazer*, *crer-poder-fazer*, *crer-saber-fazer*, *crer-dever-fazer*, enquanto o metatermo *restrição*, seu contrário, caracteriza-se pelas modalidades complexas *querer-não-fazer*, *crer-não-poder-fazer*, *crer-não-saber-fazer*, *crer-não-dever-fazer*. Esses metatermos e modalidades são objeto de um processo contínuo de *introjeção*, pertencentes ao ‘*saber sobre o mundo*’ *compartilhado* pelos membros de determinada comunidade e integram seu *imaginário*. O metatermo contraditório de *privilégio*, *não-privilégio*, qualifica-se pelas modalidades complexas *não-querer-fazer*, *não-crer-poder-fazer*, *não-crer-saber-fazer*, *não-crer-dever-fazer*. O metatermo *não-restrição* caracteriza-se, por sua vez, pelas modalidades complexas *não-querer-não-fazer*, *não-crer-não-poder-fazer*, *não-crer-não-saber-fazer*, *não-crer-não-dever-fazer*.

Dessa maneira, a combinatória dos metatermos ditos ‘simples’ determina os metatermos complexos: na tensão dialética, a *esperteza (privilégio x restrição)*; na dêixis positiva, a *arrogância (privilégio x não-restrição)*; na dêixis negativa, a *submissão (restrição x não-privilégio)*; o termo neutro, o *ceticismo (não-privilégio x não-restrição = exclusão)*. Assim, dois percursos se inscrevem entre os metatermos complexos: o *percurso da inserção social*, que vai da *arrogância* à *esperteza* (ou, se preferirmos, da *barbárie* à *ordem*); e o *percurso* que vai da *alienação*, da *submissão* ao *ceticismo* (ou, se quisermos, da *ordem* à *barbárie*).

Nesses termos, parece-nos possível chegar a uma melhor compreensão de certos processos sociais, como os da *inserção social*, da *ascensão*, da *cooptação*, de um lado, e da *discriminação social*, da *marginalização*, da *exclusão*, de outro lado, seja na sociedade como um todo, seja no nível da estrutura de poder das instituições. As relações inscritas no modelo semiótico assim construído caracterizam a organização social ‘aristocrática’, no modo do *ser*.

Decorre de semelhante complexo político e sociocultural, igualmente, a alternância de aspirações e de frustrações, conforme as possibilidades de inserção, de ascensão, ou não, de indivíduos e de grupos ou segmentos sociais.

Evidentemente, todos esses metatermos e suas relações podem ser considerados como um *consenso*, enquanto *quadro teórico* ou enquanto *microssistema de valores* subjacente, em semântica profunda, aos discursos manifestados e que integram, por isso mesmo, o *imaginário coletivo* e o *saber compartilhado* dos membros das comunidades

socioculturais pertencentes ao que se convencionou chamar de civilização ocidental, herdeira do pensamento greco-romano, e, particularmente, à ‘latimidade’. De um ponto de vista complementar, trata-se de um *sistema de crenças*. Certamente, esse modelo deve ser nuançado, quando aplicado a determinada cultura e sociedade. É o que pretendemos fazer, mais adiante, procurando comparar culturas da América Latina e do Caribe, com o auxílio da semântica cognitiva e da semiótica das culturas.

Por ora, formalizemos essas relações num modelo semiótico dialético (figura 1):

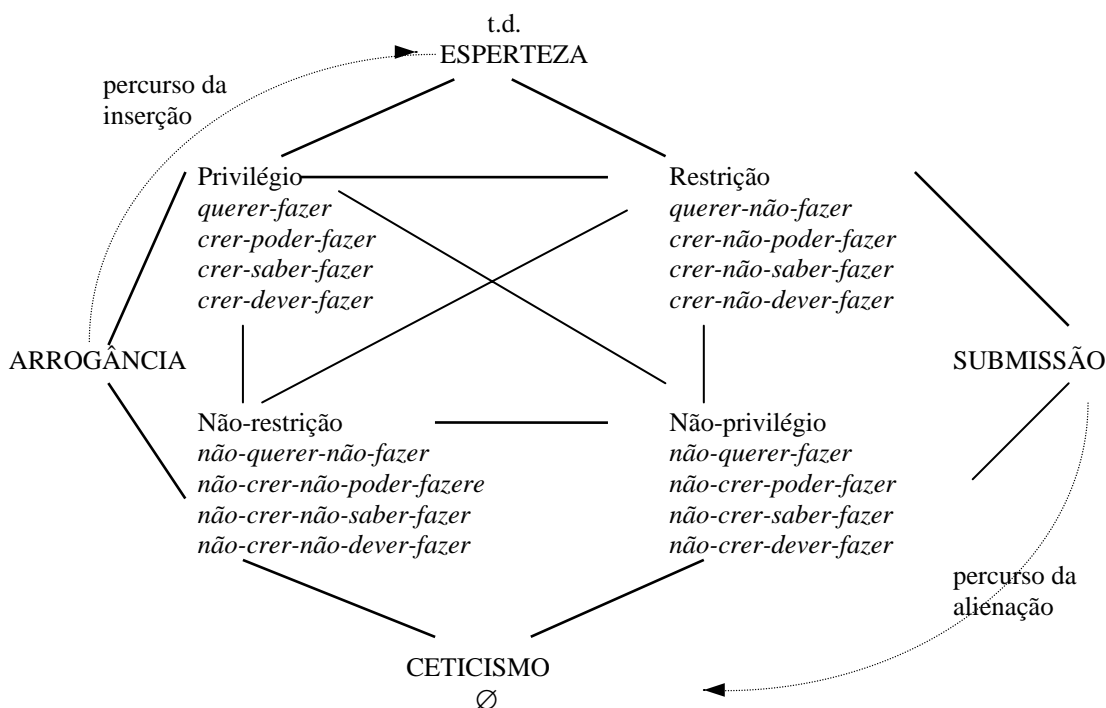


Figura 1: *Privilégio e restrição*

3. A oposição *tradição x modernidade*

Além disso, é importante observar que, nas sociedades heterogêneas, existem segmentos, grupos sociais ou indivíduos distribuídos pelos quatro lugares definidos pelos metatermos complexos dos modelos semióticos.

Essas reflexões nos conduzem a um tema (ou a um problema) discutido ao longo da História, no antigo Egito, em Atenas, em Alexandria, em Roma - verdadeira obsessão dos romanos -, no Renascimento, nos séculos XVII e XVIII, dentre outros períodos, e que permanece de grande atualidade, no mundo contemporâneo, o do conflito e do equilíbrio dinâmico entre *tradição* e *modernidade*. O metatermo *tradição* se define pela combinatória das modalidades complexas: *querer-fazer-conservar*, *dever-fazer-conservar*, *poder-fazer-conservar*, *saber-fazer-conservar*. Esse conjunto de modalidades caracteriza-se, além disso, como a *competência modal do sujeito enunciatador do discurso da tradição*. O metatermo contrário, *modernidade*, qualifica-se pelas modalidades complexas: *querer-não-fazer-conservar* (\cong *querer-fazer-avançar*); *dever-não-fazer-conservar* (\cong *dever-fazer-avançar*); *poder-não-fazer-conservar* (\cong *poder-fazer-avançar*), *saber-não-fazer-conservar* (\cong *saber-fazer-avançar*). Seus

respectivos contraditórios são *não-modernidade*, correspondente às modalidades complexas *não-querer-não-fazer-conservar* (\equiv *não-querer-fazer-avançar*); *não-dever-não-fazer-conservar* (\equiv *não-dever-fazer-avançar*); *não-poder-não-fazer-conservar* (\equiv *não-poder-fazer-avançar*), *não-saber-não-fazer-conservar* (\equiv *não-saber-não-fazer-avançar*); e *não-tradição*, que se define, por sua vez, pelas modalidades complexas *não-querer-fazer-conservar*, *não-dever-fazer-conservar*, *não-poder-fazer-conservar*, *não-saber-fazer-conservar*. Se aceitamos que a *consciência histórica* e a *memória social* são condições do desenvolvimento científico, técnico, econômico e social, da construção de sociedades mais livres, mais justas e democráticas, temos que a *tensão dialética tradição/modernidade* sustenta o termo complexo que qualifica as *sociedades* (ou as instituições em seu seio) *dinâmicas*, em que o progresso se entende como *liberdade, civilização e desenvolvimento*, inseridas no *processo histórico* mundial. A combinatória *tradição x não-modernidade* define, por sua vez, o metatermo complexo em que se enquadram as *sociedades arcaicas*. A combinatória *modernidade x não-tradição* (ausência de consciência histórica) estabelece o termo complexo em que se situam as *sociedades em desenvolvimento 'perverso'*. Enfim, a combinatória *não-modernidade x não-tradição* define o estatuto das *sociedades em processo de ruptura* do tecido social e, por assim dizer, excluídas do processo histórico mundial. Esquemáticamente, temos (figura 2):

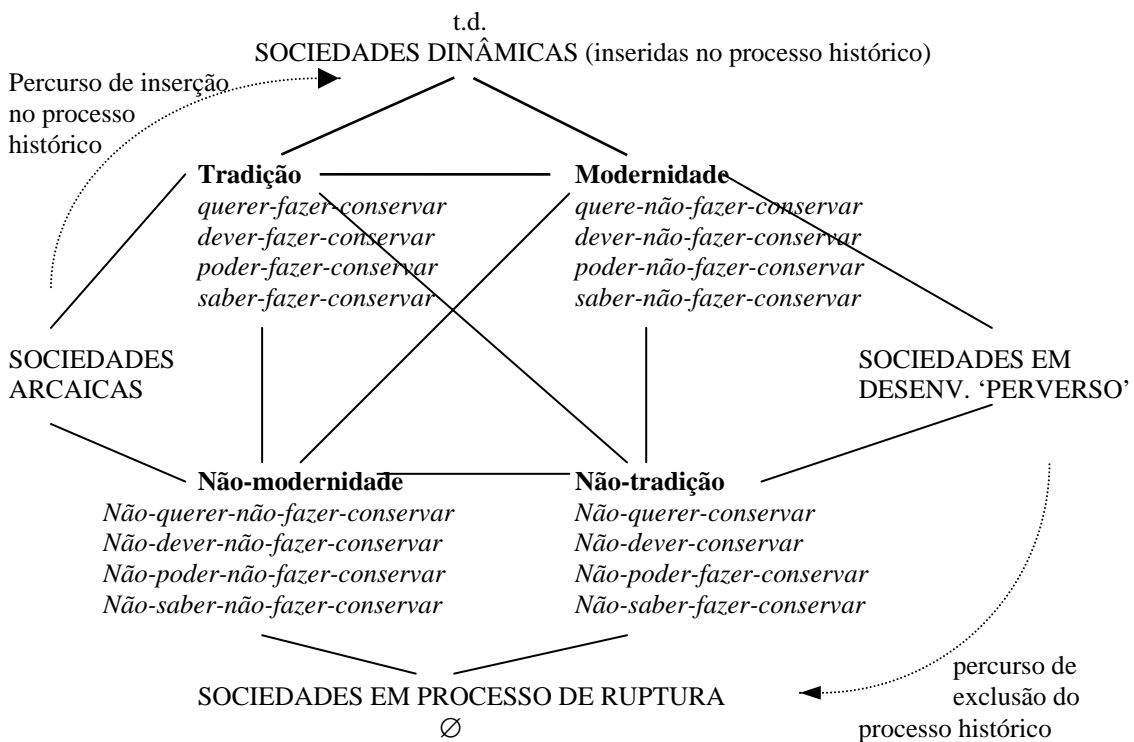


Figura 2: *Tradição x modernidade*

Conquanto já o tenhamos assinalado, a propósito do modelo precedente, é imprescindível reiterar, embora pareça redundante, que todos esses metatermos e suas relações configuram um *consenso*, enquanto quadro teórico ou enquanto microsistema de valores subjacente aos discursos manifestados e que integram, por isso mesmo, o

imaginário coletivo e o *saber compartilhado* dos membros das comunidades socioculturais pertencentes ao que se convencionou chamar de civilização ocidental, herdeira do pensamento e dos valores greco-romanos, e, mais particularmente, à ‘latinitude’. De um ponto de vista complementar, constitui, também, parte de um *sistema de crenças*. Contudo, esse segundo modelo, como qualquer outro, deve ser nuançado e, por vezes, modificado, como lembramos anteriormente, quando o aplicamos a determinadas culturas e sociedades, ou seja, no presente trabalho, para comparar culturas da América Latina e do Caribe, sempre com o auxílio da semântica cognitiva e da semiótica das culturas.

4. A oposição *privilégio x restrição*, quanto à estruturação léxico-semântico-conceptual

Preliminarmente, parece-nos necessário observar que o *conceptus* (Rastier, 1991: 73-114) constitui um ‘modelo mental’ correspondente a um *conjunto noêmico* pertencente ao *metassistema conceptual* ((Pottier, 1992: 61-69; Pais, 1993: 556-561, 1998), ou seja, um conjunto de traços semânticos conceptuais (*noemas*), dialeticamente articulado a um *recorte cultural*, um ‘objeto’ do *mundo construído* no interior de uma cultura, inscrito na rede de recortes culturais que configura a ‘visão do mundo’ de uma cultura e de uma sociedade. Nessas condições, um *conceptus* contém traços semânticos conceptuais ‘*universais*’ e traços semânticos conceptuais *específicos* da cultura e da sociedade em questão. Situa-se, pois, no nível da *conceptualização*, imediatamente após o nível da *percepção* e imediatamente antes do nível da *semiotização*, enquanto patamares do *percurso gerativo ampliado da enunciação de codificação (o fazer persuasivo) e de decodificação (o fazer interpretativo)*, tal como o concebemos (Pais, 1993: 522-553, 554-602; 1998). Dessa maneira, os *conceptus*, ou os conjuntos noêmicos situam-se num nível pré-semiótico e trans-semiótico, no percurso gerativo assim formalizado, e constituem matrizes sígnicas ou signos potenciais, disponíveis para o engendramento ou a reiteração de signos, em todas as *semióticas-objeto*, ou, se preferirmos, em todos os *processos semióticos* (sistemas x discursos) - verbais, não-verbais e sincréticos que integram a mesma *macrosemiótica*, que pertencem à mesma cultura (Pais, 1993: 522-553, 554-602, 1998).

Se levarmos em conta apenas o subconjunto constituído dos traços semânticos ‘universais’, ou seja, dos traços semânticos contidos na intersecção de diferentes *conceptus* construídos no âmbito de culturas distintas, teremos um conjunto noêmico chamado de *protótipo* (Dubois, 1991). De outro ponto de vista, parece-nos legítimo considerar que a neutralização dos traços semânticos conceptuais contidos nos conjuntos-diferença, específicos das culturas em causa, conduz ao *arquiconceptus*, na concepção de Béjoint et Thoiron (1996).

Desse modo, se tomarmos os metatermos constitutivos do modelo semiótico dialético fundamentado, em semântica profunda, na oposição *privilégio x restrição* e as relações nele inscritas, (Cf. 2), seremos levados a pensar que sua definição nos dicionários de língua castelhana (na variante cubana) e de língua portuguesa (na variante brasileira) são quase equivalentes, em função de certo *consenso* estabelecido, particularmente no âmbito das línguas românicas e de suas respectivas culturas.

Com efeito, é possível fazer o levantamento dos traços semânticos conceptuais comuns, correspondentes aos metatermos em questão e ao microsistema de valores. Nesse caso, por exemplo, o metatermo *privilégio* permite reconstituir teoricamente, no

nível do metassistema conceptual, da semântica cognitiva, o conjunto de semas conceptuais:

<<privilégio>> = {[+querer], [+crer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer]},

de acordo com a combinatória de modalidades transfrásticas que configuram o microsistema de valores subjacente aos discursos manifestados (Cf. 2). Por conseguinte, temos:

<<restrição>> = {[+querer], [+crer], [+dever], [+poder], [+saber], [-fazer]}

<<não-privilégio>> = {[-querer], [+crer], [-dever], [-poder], [-saber], [+fazer]}

<<não-restrição>> = {[-querer], [+crer], [-dever], [-poder], [-saber], [-fazer]}

Entretanto, quando os analisamos mais detidamente, podemos detectar diferenças, oposições e complementaridades, examinando os *metaconceptus*, isto é, os conjuntos noêmicos que contêm, além dos traços já apontados, os *semas conceptuais específicos, ideológicos* - entendidos como integrantes de um sistema de valores - de cada cultura considerada (Barbosa, 1999a, 1999b). No que concerne ao presente trabalho, limitamo-nos a apontar alguns traços semânticos conceptuais específicos, como parte de um microsistema de valores das América Latina e do Caribe, tecendo modestas considerações sobre aspectos das culturas brasileira e cubana.

De fato, segundo uma visão republicana e socialista, inspirada em princípios humanistas, que lembram, de certa maneira, a visão francesa de “liberté, égalité, fraternité”, o *privilégio* pode ser visto de duas maneiras: a) o *privilégio* aceitável, digno, equivalente, na verdade, a *prerrogativas* conquistadas de maneira legítima, como, por exemplo, aquelas de um professor que obtém o título e o cargo de professor titular, em função de seu saber, de sua competência, de sua produção científica, demonstrados em concurso público, concepção que tem um sentido *eufórico*; b) o *privilégio não-aceitável*, na realidade, um abuso, contrário ao espírito republicano e ao ideal de igualdade perante a Lei, que impõe aos cidadãos o dever de recusá-lo, de condená-lo, de combatê-lo, e que tem, nesta concepção, um sentido *disfórico*.

Ora, quando se consideram as expectativas e aspirações da cultura brasileira, observa-se certa equivalência, quanto ao sentido *eufórico* mas uma diferença gritante, quando ao sentido *disfórico*. Na realidade, na visão brasileira efetivamente sustentada na vida social, obter ou manter *privilégios* faz parte das *aspirações* de indivíduos e segmentos sociais e tem, pois, um sentido *eufórico*.

Tomemos o exemplo da maneira de conceber o acesso à Universidade. Parece-nos oportuno lembrar, aqui, como *tertius comparationis*, a ‘visão’ e as soluções da sociedade francesa, quanto a esse aspecto: na França, a maioria absoluta das Universidades é pública; a entrada dos estudantes, com raríssimas exceções, não se acha submetida a um *numerus clausus* e um exame de habilitação. Em Cuba, como se sabe, todas as Universidades são públicas. No Brasil, apresenta-se situação muito mais complexa, de tal forma que 75% dos estudantes universitários estão matriculados em Universidades privadas, onde devem pagar por seus estudos; somente 25% estão matriculados em Universidades públicas, oficiais e gratuitas, em que o ensino e a pesquisa são nitidamente melhores. Para tornar-se estudantes na Universidade, os jovens candidatos devem submeter-se a um concurso chamado *vestibular*, específico do Curso almejado, com um número de vagas determinado, o *numerus clausus*, concurso em que

se avaliam os conhecimentos dos candidatos. Cada Universidade pública ou privada estabelece o número de vagas e organiza seu próprio concurso *vestibular*. Ora, o ensino fundamental e o ensino médio - correspondentes ao liceu, na França -, têm muito melhor nível em certas escolas primárias e secundárias privadas, destinadas à classe alta e à classe média alta, que o ensino público e gratuito, oferecido pelo Estado. Daí decorre freqüentemente uma ‘seleção econômica’, de modo que os jovens originários de famílias mais pobres são obrigados a estudar numa Universidade privada, pagando seus estudos, enquanto os jovens provenientes de famílias que tiveram condições de pagar o ensino primário e secundário de melhor qualidade, bem como os célebres cursos de preparação ao concurso vestibular, têm, evidentemente, mais possibilidades de conquistar sua vaga nas Universidades públicas, oficiais e gratuitas. Nessas condições, estudar em uma Universidade pública, no Brasil, tornou-se, infelizmente, um *privilégio*, que constitui uma *aspiração* e tem um sentido *eufórico*. Podemos, pois, assim formalizar essas relações:

- <<privilégio₁>> = {[+querer], [+crer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer], [+eufórico]}
 ≅ {[+igualdade], [-discriminação]}. (Cuba, França, Brasil)
- <<privilégio₂>> = {[+querer], [+crer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer], [+disfórico]}
 ≅ {[+igualdade], [+discriminação]}. (Cuba, França, dentre outros países)
- <<privilégio₃>> = {[+querer], [+crer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer], [+eufórico]}
 ≅ {[+igualdade], [+discriminação]}. (Brasil)

Evidentemente, a lista dos semas conceptuais acima apontados não poderia ser exaustiva. Seu levantamento exigiria o trabalho de gerações de antropólogos, semióticos e outros especialistas, no âmbito das ciências humanas. Trata-se, pois, simplesmente de alguns exemplos.

Essa análise é ratificada, ainda, pelo registro que faz o *Dicionário Aurélio* (1986: 1139), que apresenta, no verbete “Privilégio”(…) as acepções:(…) “1. vantagem que se consegue a alguém, com exclusão de outros e contra o direito comum. 2. permissão especial. 3) prerrogativa, imunidade…”

Por outro lado, essa *leitura* é confirmada pela análise dos traços semânticos conceptuais contidos no *metametaconceptus* (Barbosa, 1999a, 1999b), ou seja, os traços semânticos *manipulatórios*. Se tomarmos o discurso político eleitoral, observaremos, a título de ilustração, que a seguridade social constitui uma *aquisição definitiva* na França, que o direito à saúde e à educação públicas *estão garantidos* em Cuba, que os candidatos não ousariam dizer o contrário, se desejam ser eleitos, já que trata de uma questão de justiça social, {[+justiça] x [+social]}. No Brasil, os programas e as promessas eleitorais dos candidatos falam, por sua vez, de *assegurar*, se forem eleitos, o acesso de todos à educação, à saúde públicas, etc., o que demonstra que a igualdade dos cidadãos perante a Lei, inscrita na Constituição Federal, não foi ainda efetivamente conquistada por todos. Trata-se, então, da [+generosidade] do governante. Muitos outros exemplos poderiam ser apontados, como a importância conferida, na arquitetura urbana, à construção de agências dos grandes bancos (as “novas catedrais”), ou à edificação de escolas e hospitais públicos, como também a relevância atribuída ao transporte coletivo ou ao transporte individual, e assim por diante.

Parece, então, legítimo opor *os direitos do cidadão* ao *acesso à cidadania* - como perspectiva, como aspiração ou como bandeira política e/ou eleitoral -; parece legítimo, do mesmo modo, opor a *democracia social* ao *capitalismo selvagem*, dito

‘neoliberal’, à suposta superioridade das ‘leis de mercado’, livres de qualquer controle por parte do Estado; opor, enfim, o *bem-estar social* e o *direito à felicidade*, como consta da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, à *acumulação e concentração de renda*, como *fins últimos* da vida em sociedade. Observam-se, aqui, claramente, ‘visões do mundo’ e microsistemas de valores muito distintos, inscritos em diferentes culturas. Cumpre acrescentar, contudo, que, no caso do Brasil, se trata, sobretudo, da ‘visão de mundo’ da população urbana de classe alta e classe média alta e, mais ainda, das grandes cidades, justamente as que constituem os pólos de concentração de renda. Essa situação se agrava aceleradamente, à medida que avança o processo chamado de *globalização*, caracterizado, dentre outros aspectos, pela omissão ou redução progressiva do Estado, a ‘desregulamentação’ do mercado, a supremacia do capital multinacional, a asfixia das micro-empresas, o aumento do desemprego, em suma. o ‘desenvolvimento perverso’, que conduz ao enfraquecimento da solidariedade social, ao incremento da hostilidade social, à desqualificação do trabalho, à destruição do meio ambiente, em suma, à ruptura do tecido social. Temos, pois, o esquema (figura 3) e as relações correspondentes:

Conceptus₁ - visão cultural fundada na democracia social

Conceptus₂ - visão cultural fundada na produtividade-competividade capitalista

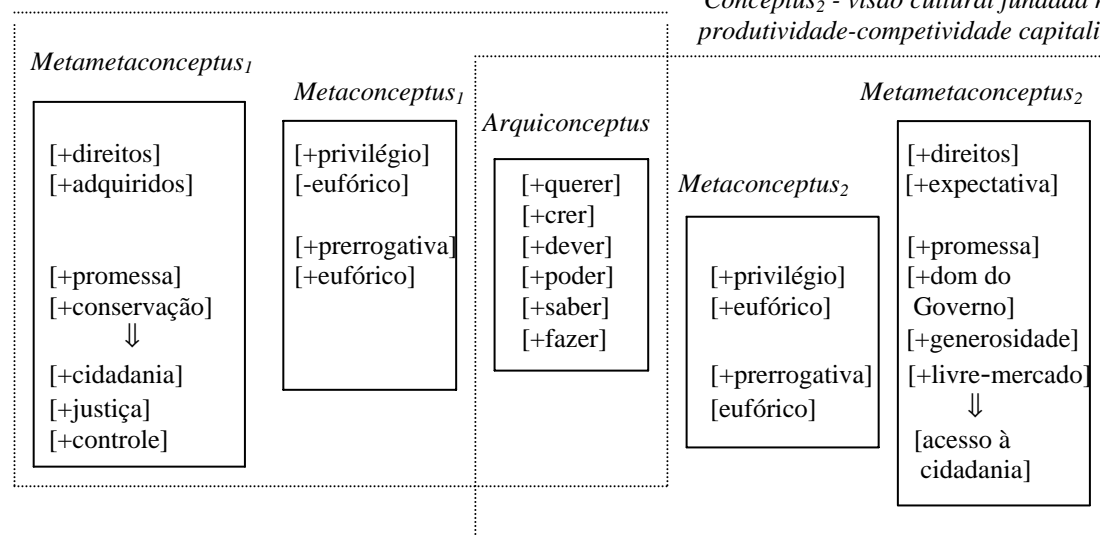


Figura 3: *privilégio x restrição* no nível da **semântica cognitiva**

$$\begin{aligned}
 &Arquiconceptus \subset Metaconceptus_1 & Arquiconceptus \subset Metametaconceptus_1 \\
 &Arquiconceptus \subset Metaconceptus_2 & Arquiconceptus \subset Metametaconceptus_2 \\
 &Arq. = (Metaconceptus_1 \cap Metametaconceptus_1 \cap Metaconceptus_2 \cap Metametaconceptus_2)
 \end{aligned}$$

5. A oposição *tradição x modernidade*, do ponto de vista léxico-semântico-conceptual

O modelo semiótico referente, em semântica profunda, a aspectos da axiologia e do microsistema de valores baseado na oposição *tradição x modernidade* (Cf. 3), que compreende os metatermos, as relações e as dêixis nele inscritos, pode ser escrito, a nosso ver, pela mesma metalinguagem utilizada quando examinamos a oposição

privilégio x restrição. Dessa maneira, tendo em vista as modalidades complexas do microsistemas de valores, de acordo com o modelo semiótico, é possível reconstruir, em estrutura hiperprofunda, os conjuntos de traços semânticos conceptuais:

<<tradição>> = {[+querer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer], [+conservar]}
<<modernidade>> = {[+querer], [+dever], [+poder], [+saber], [+fazer], [+mudar]}
<<~tradição>> = {[-querer], [-dever], [-poder], [-saber], [+fazer], [+conservar]}
<<~modernidade>> = {[-querer], [-dever], [-poder], [-saber], [+fazer], [-mudar]}

Esses conjuntos correspondem, então, ao *consenso* de que já havíamos falado (Cf. 4). Podemos concebê-lo, de outro ponto de vista, como representativos do *arquiconceptus* da cultura ocidental e, particularmente das línguas românicas e de suas respectivas culturas.

Da mesma forma que no caso precedente, examinando mais atentamente os traços semânticos *específicos, ideológicos*, - entendidos como termos de um sistema de valores - de culturas distintas, como as que examinamos neste trabalho, teremos condições de examinar subconjuntos de traços semânticos conceptuais diferentes, relacionados aos diversos *mundos semioticamente construídos*. Podemos, assim, formalizar um *metametaconceptus*₁, caracterizador de uma cultura e sociedade, um *metametaconceptus*₂, típico de outra cultura e sociedade e, até mesmo, reconstruir *n metametaconceptus*, de modo a comparar várias culturas e formas de ordenamento social, estabelecendo semelhanças, oposições e complementaridades.

A título de ilustração e em busca de maior clareza, continuaremos utilizando a cultura e a sociedade francesas como *tertius comparationis*. Assim, observa-se que a população francesa é dotada, de maneira geral, de *consciência histórica e de memória social*, em alto grau. O mesmo se pode afirmar, com toda a certeza, da cultura e da sociedade cubanas. Na cidade de Lyon, na França, como na Cidade de Havana, em Cuba, conservam-se muito bem edifícios históricos e monumentos nacionais. As pessoas orgulham-se do passado. Isso não impede, entretanto, que se construam edifícios modernos e que exista uma adesão aos avanços científicos e tecnológicos, como os trens de alta velocidade, a informática, etc., na França; a avançada pesquisa e a tecnologia de ponta na área da medicina, em Cuba, internacionalmente reconhecidas, dentre muitos outros exemplos. Por outras palavras, são vistas com bons olhos as descobertas científicas, os inventos tecnológicos e as mudanças que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Sem dúvida, as sociedades do mundo contemporâneo são complexas e heterogêneas, em graus variáveis, e é sempre possível encontrar segmentos sociais que se distribuem pelos diferentes pontos do modelo semiótico acima apresentado (Cf. 3).

De maneira geral, a população brasileira urbana, particularmente a das grandes cidades, caracteriza-se por frágil *consciência histórica*, reduzida *memória social*. Basta observar, no que diz respeito à arquitetura e ao urbanismo da cidade de São Paulo, que a maior parte dos monumentos, das residências, dos palácios, das igrejas do período colonial, bairros inteiros do século XIX e, até mesmo, da primeira metade do século XX foram destruídos, para dar lugar a novos edifícios, moderníssimos, ou a grandes avenidas - em proveito do transporte individual -, ou a centros comerciais - os *shopping centers* -, que já são mais de trinta na cidade. Existe um grande entusiasmo por tudo o que é novo ou *parece* novo. Nas cidades em que a velha arquitetura foi preservada, isso não se deve, com raras exceções, ao respeito pelo passado histórico mas, simplesmente,

ao fato de que o desenvolvimento econômico, tal como concebido atualmente, ainda não atingiu essas regiões. Em São Paulo, muitas vezes um edifício de apartamentos construído há trinta anos é considerado *velho*. Essa é, certamente, uma *concepção de modernidade*.

Contudo, no que se refere à vida profissional, no interior de instituições públicas ou privadas, verifica-se a coexistência, por exemplo, do equipamento de informática mais moderno e de uma hierarquia que relembra, *mutatis mutandis*, as relações entre a *casa grande*, dos senhores de terras, e a senzala, as habitações dos escravos dos séculos passados, ou, se preferirmos não ser tão rudes, uma hierarquia que se parece com os estamentos medievais, nela se incluindo, não raro, ‘atos de vassalagem’. A preservação de monumentos históricos interessa, sobretudo, a uma minoria de ‘intelectuais’ e as velhas tradições, para a população urbana, são vistas como uma ‘curiosidade’ e se reduzem ao que se chama de *folclore*, como o *carnaval*, a festa do *bumba-meu-boi*, dentre outras. No âmbito das instituições públicas, conservam-se, desde a época colonial até os nossos dias, as tentativas de ‘apropriação da coisa pública’ por grupos de pessoas.

Quando se comparam os costumes ou as políticas sociais, observa-se uma estrutura muito moderna na ‘visão de mundo’ francesa (termo que serve, neste trabalho, como dissemos, de *tertius comparationis*), da mesma forma que na ‘visão de mundo’ cubana, enquanto a ‘visão de mundo’ brasileira, no tocante a esses aspectos, é muito conservadora. Basta lembrar que a seguridade social funciona muito bem na França, os serviços de saúde cubanos são exemplares, enquanto a seguridade social pública funciona mal no Brasil. A vida privada é praticamente intocável da França, ao passo que no Brasil, fazer comentários sobre a vida alheia constitui verdadeiro esporte nacional.

Entretanto, quando se busca refletir sobre a América Latina e sobre o Brasil, particularmente no Nordeste e no Centro Oeste brasileiros, é preciso não esquecer a vida rural. De fato, nas regiões rurais, a classe média é numericamente insignificante. Temos, de um lado, os grandes proprietários de terras, os latifundiários, as grandes empresas agro-pecuárias e, de outro lado, trabalhadores rurais pobres, ou mesmo muito pobres, analfabetos ou com pouquíssima escolaridade, sem acesso aos serviços de saúde e aos bens culturais. Na ‘visão de mundo’ desses trabalhadores rurais, existe, certamente, forte *memória social*, *tradição oral*, *literatura oral*; conservam-se *ritos*, *hábitos* e *valores tradicionais*. Contudo, não há *expectativa de mudança* e para a maioria desses habitantes, lamentavelmente, o estado de espírito parece oscilar entre a *resignação* e a *revolta*. Por essas razões, historiadores e cientistas sociais costumam afirmar que existem vários “brasis”.

Enfim, é preciso não esquecer as periferias das grandes cidades, inchadas por trabalhadores rurais expulsos do campo, pelas duras condições de vida, e que, na cidade, são uma espécie de exilados em seu próprio país.

Considerados todos os aspectos acima mencionados, um cenário semelhante pode ser reconhecido em muitos outros países da América Latina.

Em suma, parece-nos legítimo propor, para muitos países da América Latina e para muitos países do Caribe, dois *metaconceptus*: o *metaconceptus*₁ - comparável *mutatis mutandis*, ao da cultura e da sociedade francesas (nosso *tertius comparationis*, escolhido justamente por não fazer parte da cultura da América Latina e autorizar, por isso mesmo, certo rigor da análise) - em que uma *tensão dialética* é sustentada entre a *tradição* e a *modernidade* (Cf. 3), ou seja, ([+tradição] x [+modernidade]) ≅ [+articulação]; o *metaconceptus*₂, que opõe, de maneira geral, a *tradição*, *disfórica*, à *modernidade*, *eufórica*, ou, noutras palavras, ([+tradição] x [+modernidade]) ≅

[+ruptura], ainda que essa *modernidade* se construa muitas vezes no modo do *parecer*. De maneira sucinta, é possível formalizar os traços semânticos conceptuais dos dois *metaconceptus* em questão, como dois subconjuntos de *conceptus*:

<<tradição₁>> ⊃ { [+consciência histórica], [+memória social], [+eufórico] }
 <<tradição₂>> ⊃ { [-consciência histórica], [-memória social], [-eufórico] }
 <<modernidade₁>> ⊃ { ([+progresso social], [+eufórico]) x ([+progresso tecnológico], [+eufórico]) }
 <<modernidade₂>> ⊃ { ([+progresso social], [-eufórico]) x ([+progresso tecnológico], [+eufórico]) }

No tocante aos *metametaconceptus*, limitamo-nos, por falta de espaço, a assinalar dois exemplos do discurso político e político-eleitoral. No caso do *metametaconceptus*¹, os candidatos propõem-se a *assegurar*, a *manter* o lugar do país no mundo, defendendo-o, inclusive, dos efeitos perversos da *globalização*. Observe-se, a título de ilustração, que os países da União Européia rejeitam o *conceito* e o *termo* *globalização* (na concepção americana), adotando o *conceito* e o *termo* *mundialização*, que não comporta o apagamento do Estado, o mercado econômico sem controle e defende a preservação do meio-ambiente, dentre outros aspectos (Barbosa, 1999a). No caso do *metametaconceptus*², os candidatos prometem conduzir a cidade, a região, o país ao ‘primeiro mundo’. Esquemáticamente, temos:

*Conceptus*₁ - articulação

*Conceptus*₂ - ruptura

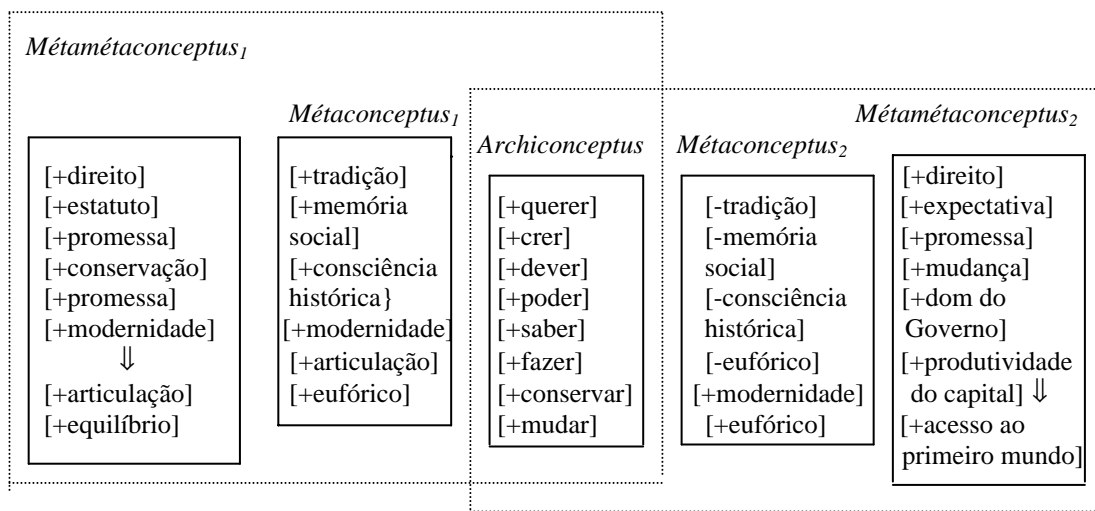


Figure 4: *tradição x modernidade* no nível da **semântica cognitiva**

6. À guisa de conclusão

Este estudo sucinto de alguns aspectos da axiologia, de microssistemas de valores, no nível semiótico da estrutura profunda, de ‘visões de mundo’ da *latinidade* na América Latina e no Caribe, no âmbito da semiótica das culturas, e o exame das estruturas hiperprofundas, no nível do metassistema conceptual, com o auxílio da

semântica cognitiva, dessas mesmas culturas, tais como se apresentam na época contemporânea, levou-nos a observar semelhanças, oposições e complementaridades.

Com efeito, as afinidades detectadas entre essas culturas, pertencentes à latinidade, explicam os laços de amizade e de cooperação existentes, há muito tempo, e o olhar geralmente simpático dos membros de cada uma dessas comunidades em relação às outras.

Por outro lado, o conhecimento das diferenças e das especificidades dessas culturas contribuem, por certo, para que se alcance uma melhor compreensão recíproca e para que se estreitem e aprofundem os laços de amizade e de cooperação, como todos desejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Maria Aparecida. Campo conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 29-52, 1999a.

----- Metaterminologização, metavocabularização, aspectos intertextuais e interdiscursivos da dinâmica do léxico. *GELNE. Programa e Resumos - XVII Jornada de Estudos Lingüísticos*. Fortaleza, UFC/GELNE, p. 109, 1999b.

----- A construção do conceito nos discursos técnico-científicos, nos discursos literários e nos discursos sociais não-literários. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 11, p. 31-60, 2001.

BÉJOINT, Henri, THOIRON, Phillippe. *et al.* Notion d' "archi-concept" et dénomination. *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal, Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

DUBOIS, Danielle *et al.* *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité* Paris: C.N.R.S, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GREIMAS, Algirdas Julien et COURTÉS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, p. 157-162, 1979.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV), Lille: Atelier National de Reproduction des Thèses, 761 p., 1993.

----- Contribution à une analyse socio-sémiotique du processus culturel: lexique, métatermes, modalités. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 6, p. 101-132, 1996.

----- Conceptualisation, dénomination, désignation, référence. Réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du Centre d'Études Méditerranéennes et Ibéro-Américaines*. Lyon, Université Lumière Lyon 2, p. 371-384, 1998.

----- Étude comparée de microsystemes de valeurs des cultures françaises et brésiliennes: essai en sémiotique des cultures. *INFO-CREA – Revue du Centre de Recherches et d'études anthropologiques*. Lyon, v.6, p. 13-21, 1999.

----- Ciência, tecnologia, educação institucional face a questões suscitadas pela globalização e pela diversidade cultural. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 11, p. 185-198, 2001.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: P.U.F, 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: P.U.F., 1991.